



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR CRÍTICA

Fabiano Bossle*
Leandro Oliveira Rocha**
Samuel Nascimento de Araújo***
Lucas Lopez da Cruz****
Jaqueline Zilberstein*****
Rita de Cássia Lindner Kaefler*****

O convite para organizar o Dossiê Educação Física Escolar Crítica da Revista Didática Sistemática foi desafiador. Além de ser uma bela oportunidade de trabalho e de diálogo com colegas que atuam nesse campo, compreendemos esta ação como o próprio exercício de práxis, no qual nossas ações de pesquisa são potencializadas nas possibilidades de reflexão crítica sobre nossas próprias práticas educativas, e vice-versa. Acordamos com o que propõe Paulo Freire (1996) em relação a uma docência em que ser professora ou professor inclui, necessariamente, ser pesquisadora ou pesquisador também. Não são movimentos separados ou até mesmo distintos. Pelo contrário, constituem-se na própria identidade de intelectual transformador alinhada/o com uma práxis que visa à transformação social pelo conhecimento, porque problematizadora da realidade.

E a realidade tem se colocado para o povo brasileiro nas formas perversas da desumanização em curso, da radicalização da opressão e por práticas de ódio. E consideramos que é muito importante destacar essa conjuntura política, econômica, social e pedagógica

* Professor de Graduação e Pós-Graduação na ESEFID/UFRGS.

** Professor da UNIVATES e da Rede Municipal de Teutônia. Doutor em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH UFRGS).

*** Professor das Redes Estadual de Educação do RS e da Rede Municipal de Educação de Guarani das Missões. Doutor em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH UFRGS)

**** Coordenador Nacional de Educação do SESC. Mestre em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH UFRGS).

***** Assessora Pedagógica da Unidade de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Mestra em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH UFRGS).

***** Professora das Redes Municipais de Educação de Porto Alegre e Alvorada. Mestra em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH UFRGS).

com que ainda convivemos no ano de 2023. Apesar da vitória nas urnas de um projeto progressista e com participação da esquerda, ainda convivemos com manifestações produzidas pelo extremismo dos grupos que emergiram no processo de retrocesso civilizatório, que foi imposto aos brasileiros desde o golpe político-econômico-midiático de 2016. O retrocesso civilizatório é o que nos impõe a dominação pela ausência de criticidade e da negação da nossa própria história, em que reconhecemos, nas práticas de opressão, a nossa consciência, na forma ingênua de crédito, a quem nos oprime. É quando nossa consciência ingênua determina o fatalismo da nossa experiência e nos impede de ser mais (FREIRE, 2021).

Toda a experiência política experimentada anteriormente pelo povo brasileiro, de uma democracia construída desde a constituição de 1988, até as transformações progressistas de esquerda entre os anos de 2003 e de 2016, foi colonizada pela imposição de uma versão da história arquitetada por grupos com interesse na ampliação da exploração do povo brasileiro, dos recursos naturais e econômicos, da força de trabalho, em nome do mercado e do novo liberalismo econômico. O retrocesso civilizatório é percebido nas práticas negacionistas que atuam contra a própria humanidade, na radicalização das práticas de ódio que acreditávamos estarem enterradas na história. É retrocesso civilizador porque uma outra forma pedagógica, fundamentalista e de inspiração no conservadorismo político e religioso, cristalizou-se como verdade mais verdadeira em nome da “liberdade” e da “família”. Obviamente, outras forças se somaram a essas para reforçar o retrocesso civilizatório e as formas de dominação das consciências e dos corpos por pedagogias da violência ao próprio povo brasileiro, entendido aqui em suas diversidades e interculturalidades. Perplexos, acompanhamos tudo em meio a uma pandemia pela SARS COVID 19 e ao avanço de pedagogias e práticas desumanizadoras, entre os anos de 2020 e com implicações que persistirão por algum tempo.

Essas pedagogias colonizadoras parecem ter encontrado um momento fértil para emergir com força, em meio à absoluta falta de assistência e humanidade que experimentamos recentemente. Não bastam uma Base Nacional Comum Curricular, os currículos estaduais e políticas municipais que reforçam uma Educação de mercado, privilegiando os estratos sociais e econômicos favorecidos, ainda tivemos de lidar com fanáticos defensores do “Escola sem Partido” defendendo as escolas “cívico-militares”, o pessoal que defendia o ensino domiciliar defendendo que “lugar de criança é na escola” (em plena pandemia e sem que houvesse uma vacinação para crianças) e com a descoberta de que uma suposta defasagem de aprendizagem nas escolas se resolve com a compra de produtos educacionais adequados

e tecnicamente comprovados pelas avaliações em países do Norte do globo terrestre... É só aplicar aqui no Brasil, dizem os/as iluminados/as gestores em educação de estados e municípios.

E para mexer com nossa capacidade de indignação, ainda temos a “reforma do Ensino Médio”, alinhada à uma proposta de currículo nacional, ou seja, ao pacote de perversidades do projeto de Educação de mercado. O componente curricular Educação Física, tanto quanto outros componentes curriculares da área de humanas, foram considerados “menos importantes” pela ideologia que fundamenta a Educação nacional. O empreendedorismo chegou à Educação Básica com a força do empresariado e a velocidade do mercado globalizado, anunciando a expansão da opressão do novo liberalismo e do “novo capitalismo” (LAVAL, 2004) ao povo brasileiro, como uma pedagogia definitiva e truculenta, em que saberes e conhecimentos experimentados pelos corpos das crianças, jovens, adultos e idosos em processo de escolarização, não terão lugar no currículo oficial (APPLE, 2001). E acreditamos que nossas capacidades de observação do mundo, por uma perspectiva radicalmente crítico-progressista, têm nos possibilitado demarcar um posicionamento político sobre nossa realidade, tanto quanto em produzir dessas reflexões uma militância acadêmica-científica de ação transformadora da sociedade, das políticas educacionais, e, claro, junto com o povo. Historicamente, junto com o povo brasileiro.

Esse é o eixo deste Dossiê Temático da Revista Didática Sistêmica, uma Educação Física que se fundamenta por posicionamentos políticos e ontológicos de “ser mais” (FREIRE, 2021), não da determinação e do condicionamento de ser menos na história. Abre-se, assim, uma possibilidade para que possamos acolher as experiências e as teorizações que circulam e conferem sentidos à crítica da Educação Física Escolar que se propõe crítica. E, dessa forma, a entendemos como uma possibilidade de práxis, de reflexão e de ação produzidas pela superação da consciência ingênua por uma consciência que é crítica (FREIRE, 2021), ou, ainda, como possibilidade de meta-análise sobre como a crítica vêm sendo produzida e compartilhada, tanto quanto como e por que vem sendo experimentada.

Nesse sentido, o Dossiê Temático Educação Física Escolar Crítica contempla uma diversidade de temas e perspectivas teórico-metodológicas que nos alinha ao que temos compreendido na condição de uma possibilidade crítica progressista de sermos na história. Os textos versam sobre a Educação Física em uma escola indígena kaingang; sobre as aulas de Educação Física como espaço de reconhecimento; sobre a Pedagogia do Oprimido e a descolonização curricular; sobre as potencialidades das brincadeiras na construção

do conhecimento crítico nas aulas de Educação Física escolar na infância, na perspectiva da educação do corpo e humanização; sobre os impactos das políticas educacionais neoliberais sobre a Educação Física Escolar de uma Rede de Ensino; sobre uma análise da compreensão de acadêmicos, de um curso de Licenciatura em Educação Física; sobre a carreira docente e as mudanças sociais ao longo do tempo. A diversidade de temas, de procedimentos e de teorias tornam este Dossiê rico e plural, mas com o alinhamento político por uma perspectiva ontológica de crítica da Educação Física Escolar. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. Política, Cultura e Educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 80ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

LAVAL, C. A Escola não é uma Empresa. O Neo-Liberalismo em Ataque ao Ensino Público. Londrina: Editora Planta, 2004.